

letras letras letras letras letras letras letras letras letras le

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO OPERÁRIO

O levantamento das massas trabalhadoras esboçados nos fins do séc. XVIII, quando da Revolução Industrial, teve na sua história longas vicissitudes e variadas vias de acção e até nos nossos dias.

O facto sindical aparece, por esta época, primeiramente na Inglaterra sob a forma de trade-unions, como mutação das corporações medievais de trabalhadores de ofícios. Saíndo das associações de trabalhadores de ofícios de carácter mutualista, as primeiras uniões não partiram, portanto, duma revolta das massas miseráveis contra a exploração capitalista.

Na origem, o sindicato é apenas uma associação permanente de assalariados que se propõem defender ou melhorar as condições do seu contrato de trabalho. Só mais tarde vêm reclamar um outro regime social. Os móveis são também de carácter conservador e não revolucionário, como posteriormente virão a ser.

Quando no continente europeu o desenvolvimento industrial originou uma transformação do trabalho, as formas de organização operária sofrem influência inglesa. Na Alemanha e na França tomaram forma dois tipos de organização sindical diferentes.

O sindicalismo alemão, nascido entre 1830-1850, é caracterizado por um pluralismo organizativo não saiu, ao contrário de outros da corporação. Três correntes sindicais se organizam (lassalianos, liberais e marxistas), tendo-se, mais tarde, os lassalianos e os marxistas unido para formar o sindicato socialista. Em 1875, por ocasião do congresso de Gotha, fixaram-se os princípios do sindicalismo alemão.

O sindicalismo francês aparece no fim do séc. XVIII. Um dos primeiros textos oficiais a fazer menção da existência de organizações permanentes de assalariados é a lei de Chapelier (10 junho 1791) que emana dos Constituintes, proíbe as "mutuelles" operárias com o objectivo de suprimir os corpos intermediários entre o Estado e o indivíduo, pois o direito individualista da Revolução francesa de 1789 opunha-se à acção colectiva operária, quer sob a sua forma temporária (a greve), quer sob a sua forma duradoura (a organização sindical).

As organizações operárias passam do mutualismo para a resistência contra o patronato. Os movimentos reivindicativos aumentam, tomando o sindicalismo francês uma via revolucionária no fim do séc. XIX. As Câmaras Sindicais aparecem depois de 1860.

A confiança cega dos poderes os sindicalistas revolucionários opõe a acção directa (I), indo da conquista dos seus direitos sobre o local de trabalho até, mais tarde, à acção com o objectivo do estabelecimento doutro regime social. Em 1906 no congresso de Amiens, do qual sai a Carta de Amiens (princípios do sindicalismo francês), reformistas e revolucionários acordam em abolir a política do sindicato, devendo os sindicalistas exercer a sua acção directa contra o patronato.

A CGT (Confédération Générale du Travail) constituída por volta de 1895 aparece como o símbolo da classe operária.

Também nos EUA o movimento sindicalista tomou forma organizando-se segundo o método trade-unionista.

Desde o início que o movimento operário tentou estabelecer ligações internacionais.

Até a guerra de 1918 os movimentos sindicais repartiam-se entre os três tipos citados- britânico, alemão e francês.

Durante a guerra as organizações sindicais, com excepção das inglesas, viram-se envolvidas em conflitos com os respectivos governos, ("Les prolétaires n'ont pas de patrie").

Se a influência do movimento sindical no desenvolvimento da Revolução Russa de 1917 foi preponderante, o sindicalismo alemão desempenhou um papel reformista e antirevolucionário na revolução alemã de 1919.

Depois da guerra, o sindicalismo ocidental retrocedeu duma acção directa para uma busca de conversações com os poderes públicos. Por volta dos anos 30 o sindicalismo viu-se aniquilado em alguns países de tipo fascista e nazi, quer sob a forma de controle e integrado na máquina corporativa quer pura e simplesmente destruída e proibida a organização.

Entretanto em França o movimento sindical empenha-se numa via que o encaminha para uma acção política, embora as greves de 1936 sejam ainda de x

2  
tendência reivindicativa e não revolucionária. Os sindicatos franceses no limiar da 2ª Grande Guerra tomaram a primazia internacional que antes pertencera aos sindicatos britânicos e alemães. Durante este conflito os problemas sobre o antimilitarismo não suscitaram tão grandes controvérsias

Posteriormente ao conflito mundial, verificou-se no movimento sindicalista a repartição entre dois polos: o soviético e o americano.

O sindicalismo nas últimas décadas tomou uma feição reformista que na de 60 começou a ser superada com o Maio de 68 em França, seguido pelas greves de Turin e as restantes greves selvagens na Suécia, Inglaterra, Alemanha e EUA.

(I) O esforço dos operários, agindo contra os que os exploram e os oprimem pelas formas de boicote, sabotagem, greve, etc.

## SOBRE AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

1.1.- A Universidade não é independente dos sistemas sociais: não vive de si e para si; está determinada por um contexto social.

1.2.- No todo duma formação social a Universidade faz parte da super-estrutura, i.e.,: a registo social em que uma sociedade tem consciência dos problemas com que se defronta segregando a sua ideologia, o conjunto de valores e conceitos com que justifica as soluções que já deu aos problemas sociais

2.1.- É em função da sociedade que a universidade existe: há funções e necessidades sociais que ela preenche

2.2.- Mas as sociedades são históricas; mudam e transformam-se. Os grupos e classes sociais que a constituem também estão sujeitos a transformações. Os problemas e os interesses também mudam de acordo com as classes sociais

2.3.- A universidade (porque está determinada por um contexto social) acompanha

2.3.1.- por ex. na universidade do Estado Novo os cursos clássicos (Letras e Direito) é que eram preponderantes; o que interessava ao capitalismo agrário-financeiro da sociedade portuguesa era a formação dum elite letrada e quadros que desempenhassem funções burocráticas.

O capitalismo industrial, de que o Marcelismo é a expressão política, necessita que a universidade desempenhe outras funções: a preparação de quadros técnicos que venham a ter um papel no desenvolvimento das forças produtivas, no arranque industrial do nosso capitalismo em fase de acumulação (organização mais eficaz do trabalho pela exploração mais sistemática das massas trabalhadoras; aplicação da ciência à produção). Daí a recente histeria em reformar a Universidade (o que quer dizer: adapta-la às novas condições do capitalismo em Portugal)

3.1.- Determinada pelo sistema social e pelos interesses da classe dominante pode-se dizer na generalidade que as funções que a universidade desempenha são:

Transmissão e elaboração da ideologia da classe dominante. A cultura, a moral, a arte e mesmo certas (pseudo) ciências chamadas sociais trazem a marca da sua origem de classe, estão investidas de um código social:

1. justificam o status quo, justificam a hierarquia social

2. dissimulam ao mesmo tempo essas relações sociais:

3.2.- Preparação de quadros burocráticos, cães de guarda dos interesses dominantes, para conseguir uma organização mais produtiva do trabalho (sem pre à custa duma maior exploração das massas trabalhadoras) e uma planificação da produção.

3.3.- Promoção da investigação científica (se para isso houver condições...) com o objectivo da sua aplicação técnica à produção.

Preâmbulo

Os representantes dos estudantes franceses legalmente reunidos em Congresso Nacional em Grenoble, em 24 de Abril de 1946, conscientes do valor histórico da época:

- em que a união francesa elabora a nova declaração dos direitos do homem e do cidadão,
- em que se edifica o estatuto pacífico das nações,
- em que o mundo do trabalho e da juventude lança as bases de uma revolução económica e social ao serviço do homem,

afirmam a sua vontade de participar no esforço unânime de reconstrução;

- fiéis aos objectivos tradicionais prosseguidos pela juventude estudantil francesa quando se encontrava na mais alta consciência da sua missão,
- fiéis ao exemplo dos melhores de entre nós, mortos pela luta do povo francês pela sua liberdade,

constatando o carácter caduco das instituições que os regem, declaram que - rer colocar-se, como tantas vezes o fizeram ao longo da nossa história, na vanguarda da juventude francesa, definindo livremente como bases das suas tarefas e reivindicações, os princípios seguintes:

Art. 1 - O estudante é um jovem trabalhador intelectual

Direitos e deveres do estudante como jovem:

Art. 2 - Como jovem o estudante tem direito a uma previdência social particular, nos domínios físico, intelectual e moral

Art. 3 - Como jovem o estudante tem o dever de se integrar no conjunto da juventude mundial e nacional

Direitos e deveres do estudante como trabalhador:

Art. 4 - Como trabalhador o estudante tem direito ao trabalho e ao repouso nas melhores condições e dentro da independência material, tanto pessoal como social, garantidas pelo livre exercício dos direitos sindicais

Art. 5 - Como trabalhador o estudante tem o dever de adquirir a melhor competência técnica

Direitos e deveres do estudante como intelectual:

Art. 6 - Como intelectual o estudante tem o direito à procura da verdade, liberdade que lhe é condição primeira

Art. 7 - Como intelectual o estudante tem o dever:

- de definir, propagar e defender a verdade, o que implica o dever de fazer partilhar e progredir a cultura e de apurar o sentido da história,
- de defender a liberdade contra toda a opressão o que, para o intelectual, constitui a missão mais sagrada.

: : : : :

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO  
(IV Seminário de Estudos Associativos, 24/mar./67)

Os estudantes portugueses declaram perante a Universidade, perante a Nação Portuguesa e perante a Comunidade Internacional dos estudantes que prosseguem a via de um sindicalismo estudantil como a mais adequada à sua etapa histórica e às necessidades mais profundas da vida nacional.

I

Portanto como movimento sindical o Movimento Associativo português defende como princípios gerais:

1) A neutralidade política e religiosa, entendendo-as não como indiferença perante os problemas nacionais e estrangeiros, mas como única base correcta para a unidade integradora de todos os estudantes, quaisquer que sejam as suas concepções políticas ou religiosas. Nesta base, o movimento associativo como movimento sindical, ficará livre de assumir todas as atitudes políticas e religiosas que os seus membros democraticamente venham a exigir, ressalvando, porém, como limite na fase actual, a defesa da legalidade do próprio M.A.

2) A unicidade e representatividade, isto é, que os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma associação unitária que represente os interesses de todos os estudantes e não apenas sócios das AAEE.

3) Democraticidade, que assegura a eleição de todos os cargos dirigentes que implica a participação activa de todos os estudantes na vida associativa, que dá efectiva extensão de poder deliberativo a todos os estudantes, que controla todas as funções de direcção por parte de todos os estudantes.

## II

Como Movimento Sindical o Movimento Associativo português reivindica como metas finais da sua actual fase histórica os seguintes objectivos:

- 1) A democratização do ensino.
- 2) A reforma global do ensino de que a democratização é a primeira condição, porquanto sendo a universidade portuguesa uma universidade de classe deve um sindicalismo estudantil modificar o conteúdo e a intenção do ensino ao serviço dessa finalidade de classe.
- 3) O fim da atomização do trabalho e a reabilitação do seu carácter colectivo.
- 4) O reconhecimento do estudante como produtor de trabalho remunerável.
- 5) A Universidade considerada como um investimento intelectual que se traduz em termos económicos de produção para a Nação. Esta definição tem como corolário o direito de controle de professores e estudantes sobre a sua própria produção, ou seja, o controle da aplicação social do conhecimento e da ciência.

## III

Como Movimento Sindical o Movimento Associativo português para alcançar os seus objectivos finais defende como métodos de acção:

- 1) A Autonomia Universitária como resolução dos conflitos e problemas da Universidade por professores e alunos, sem ingerência exterior; autonomia universitária que não é a defesa dos privilégios de classe mas dos interesses de toda a Nação; autonomia universitária com a participação estudantil na gestão de todos os órgãos universitários.
- 2) A autogestão como único método correcto de gerir os interesses estudantis.
- 3) A promoção cultural dos estudantes dentro de uma problemática nacional constantemente projectada na comunidade internacional de povos.
- 4) A luta pela melhoria das condições materiais de estudo, e garantia das condições de exercício profissional.
- 5) A criação de uma União Nacional de Estudantes e a integração na Comunidade Internacional dos estudantes.
- 6) A defesa das liberdades fundamentais, de liberdade de associação e reunião, liberdade de imprensa, de livre expressão do pensamento, aplicação de todas as garantias e direitos individuais consagrados na Constituição e na Declaração dos Direitos do Homem.
- 7) Como consequência dos princípios anteriores: o direito à greve académica, ocupação das instalações universitárias e a manifestação como método dos reivindicativos de recurso, e bem assim a solidariedade com os professores organizados sindicalmente e com todos os organismos verdadeiramente representativos das classes trabalhadoras.

## IV

Como movimento sindical o M.A. reconhece a necessidade de ter uma estratégia definida, que possa congrega à sua volta todos os estudantes.

Assim:

- 1) Estabelece como objectivo estratégico a longo prazo a Reforma Geral do Ensino, e portanto a sua democratização total, de modo a permitir a todas as classes sociais iguais possibilidades de acesso à Universidade e à Cultura. Considera também que a efectivação dessa Reforma Geral do Ensino colide com as estruturas socio-económicas nacionais, e não poderá ser levada a cabo sem uma prévia democratização desses estruturas.
- 2) Define como objectivo estratégico a médio prazo a realização de um Congresso Nacional do Ensino a ser levado a cabo com o apoio activo dos professores, dos intelectuais e dos núcleos culturais mais avançados. O Congresso Nacional do Ensino deverá surgir como cúpula de uma intensa batalha pedagógica desenvolvida ao nível da Universidade conjugada com uma produtiva actividade de integração desta na Nação.
- 3) Afirma como objectivos a curto prazo a abertura aos cursos e a abertura à Nação.

4) Assim, e no sentido de uma abertura aos cursos, considera necessário dar prioridade à luta pedagógica, incentivando as realizações de curso, perspectivando as aspirações mais sentidas das massas estudantis, encabeçando as suas reivindicações mais imediatas e conquistando-as para reivindicações mais gerais.

5) Igualmente no que respeita à abertura à Nação, entende que esta deve ser desenvolvida, na fase actual, por um lado, através de análise crítica dos problemas gerais da sociedade portuguesa, com prioridade para aqueles que mais directamente se ligam à problemática sindical do movimento estudantil, e, por outro, através do contacto directo com a população dentro de uma linha de continuidade.

6) Para a prossecução dos objectivos anteriores o M.A. necessita de impor a sua definitiva consagração como movimento de massas, quer através da participação constante do estudante anónimo, quer duma total democratização de estruturas, quer da criação de novas estruturas para-associativas que sejam a expressão de uma democracia directa das massas estudantis.

APÊNDICE

O M.A. reconhece aplicáveis ao ensino secundário, médio, e superior não universitário os princípios gerais que reivindica para a Universidade portuguesa, tornando-se-lhes portanto, extensivo o conteúdo da presente declaração.